Venezuela, eleições e luta de classes

05/10/2012 **Publicado na(s) categoria(s): Reportagens Especiais**

André Guerra, Especial para o JÁ

Enquanto rodamos pelas ruas de Caracas em um sistema de transporte despadronizado, realizado por micro-ônibus pequenos e desconfortáveis que remontam às décadas de 40 ou 50, somos ultrapassados por enormes camionetes 4X4 e outros carros importados que esbanjam luxo e potência. No entanto, por incrível que pareça, apesar de o transporte público não ser um expoente de qualidade, os ônibus são baratos, algo como 1,50 reais.

Além disso, existe um grande investimento do governo no sistema de metrô, que custa centavos de real. Dessa forma, embora muitas críticas possam ser feitas, o transporte público é popular e não pode ser acusado de ineficiente.

Outro aspecto que chamaria a atenção de qualquer brasileiro acostumado aos horários de pico, é o fato de os ônibus venezuelanos não serem lotados. Eles andam com a quantidade de pessoas necessárias para preencher os assentos.

Infelizmente, o trânsito é absurdamente frenético. Buzinas, desrespeito e freiadas compõem o cenário. Possuindo a gasolina mais barata do mundo e uma grande oferta de veículos velhos, na Venezuela não é muito difícil adquirir um automóvel. Para se ter uma ideia, com pouco mais do equivalente a 3 reais, é possível completar um tanque de 50 litros. Essa peculiaridade faz com que seja comum ouvir venezuelanos dizerem que, em seu país, "a gasolina é mais barata do que água". E é verdade: uma garrafa de água, com 1,5 litros, custa, aproximadamente, o equivalente a 2,50 reais.

A conjugação desses aspectos somado ao fato de Caracas ter um trânsito altamente denso e inflado, sem fiscalização ou, sequer, o cumprimento de normas básicas de trânsito como respeito à sinalização, uso de cinto de segurança, preferência para o pedestre e etc., resulta que, na capital do país, é raro – para não afirmar inexistente – a imagem de uma bicicleta silenciosa e serena cruzando as ruas.

Obviamente não podemos esquecer que no Brasil, em muitas de nossas capitais, o trânsito é tão caótico quanto, como em Recife, por exemplo. Na Venezuela, principalmente em Caracas, não são somente as pessoas "de fora" que consideram o trânsito desorganizado, barulhento e frenético, os caraquenhos são enfáticos ao reconhecer que o trânsito Do país, principalmente o de Caracas, é uma "anarquia".

Atividades legais e ilegais

Outra característica que chama a atenção é a descentralização das atividades vitais ao país. Esse aspecto está presente desde os táxis, que são dispostos em duas categorias: os piratas (guiados por pessoas comuns que dirigem carros diferenciados dos demais veículos apenas por adesivos escritos "táxi") e os oficiais (aqueles que estão vinculados a empresas do ramo e possuem certa padronização); até o câmbio do país possui duplicidade: o paralelo (encontrado facilmente com os chamados cambistas, os quais pagam quase o dobro dos valores obtidos nas casas especializadas) e o oficial (realizado nas casas de câmbio, respeitando as taxas do país).

Se, por um lado, essa permeabilidade das instituições permite uma popularização de muitas atividades econômicas que dão emprego à população, por outro, nesses "negócios paralelos", há muito espaço para delinquência, corrupção e para mais enfraquecimento das já frágeis instituições do país.

Os turistas que chegam são advertidos quanto ao risco de fazer câmbio negro, bem como de o quanto arriscado é entrar em um táxi pirata. Porém, diferentemente do que parecem, as atividades "ilegais" não ocupam um lugar marginal ou obscuro na sociedade. Enquanto você transita pelo aeroporto internacional Simon Bolívar, é abordado por cambistas a cada minuto. E os cambistas não são homens caricatos da máfia, eles são desde os funcionários responsáveis pelo transporte das bagagens até os seguranças do próprio aeroporto. Dependendo do horário, os cambistas fazem "negócio" até mesmo na fila do guichê das companhias aéreas. E ainda advertem: "se você pagar a passagem em dólar perderá dinheiro, troque comigo, pago o dobro do câmbio oficial".

Por incrível que pareça, para os funcionários das companhias aéreas, essa cena não merece um milésimo de sua atenção, eles são totalmente indiferentes à procedência do dinheiro, seja dos bolsos dos turistas, seja das mãos dos cambistas, eles não dão a mínima.

Segundo o economista e doutor em socioeconomia, Carlos Schmidt, que, em 2010, participou de uma proposta de projeto de desenvolvimento para região petroleira da Venezuela, na faixa do Orinoco, "o câmbio negro não é um problema em si, quem recorre são alguns que querem enviar o dinheiro pra fora ou os turistas, mas, nesse último caso, o dinheiro acaba voltando pra a própria economia". Segundo o economista, o que faz o câmbio paralelo ser tão corriqueiro na Venezuela é a existência do "câmbio diferenciado".

"Existe um câmbio para produtos essenciais e equipamentos, e outro câmbio para demais coisas: carros, artigos de luxo e coisas assim. No meu ponto de vista, isso é certo, é um instrumento para diferenciar as exportações, proteger o mercado interno e as empresas locais", avalia.

No aeroporto nacional de Caracas, o câmbio é mais escancarado, em função de haver menos policiais da Guarda Nacional Bolivariana, polícia criada no governo Chávez com a intenção de centralizar as forças de segurança e diminuir a corrupção policial. Na realidade, até pouco mais de dois anos, a Venezuela possuía 35 diferentes policias. Cada unidade estava sob o mando direto de interesses de uma ou outra personalidade política. Essa descentralização favorecia a corrupção e a ineficiência da segurança pública.

A crise das Instituições

Na realidade, em se tratando de instituições, a Venezuela enfrenta um grave problema que extrapola em muito a ineficiência da segurança pública. Essa situação é caracterizada, inclusive por pessoas próximas ao governo, como uma "crise moral". Não só as instituições físicas como a polícia, bancos e o próprio governo enfrentam essa crise, mas a própria instituição sociedade talvez seja o maior expoente dessa situação calamitosa. Sucessivas crises e corrupções de toda ordem levaram o país a um quadro lastimável.

O militar e embaixador da Venezuela em Cuba, Ronald Blanco La Cruz, em uma entrevista concedida ao canal estatal de televisão, afirmou que "é necessário moralizar a sociedade, pois a corrupção é como um câncer que atinge desde baixo, desde o porteiro, até os altos cargos". Isso faz com que a "Revolução Bolivariana", encabeçada por Hugo Chávez, tenha como ponto de apoio um forte caráter transformador da dinâmica social do país. A criação de novas instituições e a dissolução de antigas é uma das características marcantes das implementações do governo. Vivendo algum tempo na Venezuela, não é difícil entender o porquê. No entanto, em um cenário como esse, ficam dúvidas de quanto o governo é capaz de renovar as instituições sem manter a corrupção, a qual ultrapassa o plano institucional e pousa, talvez, sobre um *habitus* social.

Processos Eleitorais

A fragilidade das instituições no país é tão grande que nas eleições realizadas em 12 de fevereiro, para eleger o representante da oposição que concorrerá com Chávez em 7 de outubro, os resultados geraram controvérsias. Em meio à costumeira efervescência que sempre caracteriza a disputa eleitoral no país, Hugo Chávez acusou a oposição por admitir práticas que teriam colaborado para uma fraude eleitoral, orquestrada pela Mesa da Unidade Democrática (MUD), coalizão que reúne os partidos que se opõem ao presidente.

Logo após o encerramento da votação do dia 12/02, os cadernos que continham a assinatura e as digitais dos votantes foram queimados.

Os opositores a Chávez alegam que essa teria sido a única forma de garantir o sigilo dos eleitores. Esse argumento advém do episódio ocorrido em 2004: a "Lista Tascón". Como a Constituição da República Bolivariana da Venezuela prevê, através da convocação de referendos populares, a possibilidade de destituição de funcionários públicos eleitos; em 2004, os opositores a Chávez conseguiram entregar um número suficiente de assinaturas exigindo um referendo que revogaria o mandato do então presidente. Após a contagem dos votos, Chávez permaneceu no cargo, sustentado por uma expressiva vitória, cerca de 58%.

Algum tempo depois, o deputado governista, Luis Tascón, publicou em sua página na internet os nomes dos eleitores que participaram do abaixo-assinado. No documento, constava a identificação dos eleitores. Ainda segundo a oposição, grande número de funcionários públicos perdeu o emprego por ter aparecido nessa lista como votante contra o presidente. Afirmam ainda que a obtenção de créditos nos bancos estatais, benefícios nos programas sociais e até mesmo a obtenção de passaportes e outros documentos oficiais passou a depender da consulta à lista.

Já os partidários de Chávez, afirmaram que a conduta de exterminar os cadernos de votação, em menos de 48 horas após a votação, configuraria a ilegitimidade do processo. Para reforçar sua tese, representantes do governo apresentaram estatísticas afirmando que, para obter os mais de três milhões de votos anunciados, cada eleitor precisaria ter levado cerca de 25 segundos para concluir seu voto, sendo que, nas últimas eleições, o tempo médio teria sido de, aproximadamente, três minutos. Pouco tempo depois do término das eleições, o Tribunal Superior de Justiça da Venezuela (TSJ) exigiu que fosse suspensa a queima das cédulas. Entretanto, a decisão judicial não pode ser cumprida, uma vez que, segundo a MUD, 100% das cédulas já haviam sido queimadas.

Essas e outras características desenham o frenético cenário político em que a Venezuela está imersa. Entre imbróglios e novelos ideológicos, a consciência social está sendo constantemente disputada em conflitos aguçados. Essa disputa acirrada entre posições bastante distintas e polarizadas, perpassa todo e qualquer discurso, seja ele um discurso verbalizado, escrito ou midiatizado. Nesse caos, as verdades e mentiras misturam-se a meias inverdades e obviedades ululantes. Porém, apesar de tantas ambivalências e duplicidades, independente da visão de mundo, algumas coisas são consenso, como, por exemplo, a sensação de insegurança.

Quem tem, tem medo, quem não tem, também tem

Segundo dados do Observatório Venezuelano da Violência, o país bateu um novo recorde em criminalidade, tornando-se o país mais

violento da América Latina. Obviamente, em se tratando de um país em disputa política e ideológica, os dados obtidos, tanto de um lado como de outro, seja de fontes nacionais, seja de fontes internacionais, não são confiáveis. Porém, se os dados precisos quanto à violência são controversos, a sensação de insegurança dos venezuelanos é quantitativa e qualitativamente objetiva e comprovada.

O que chama a atenção ao se conversar com os venezuelanos das mais variadas condições econômicas e das mais variadas localidades do país, é um discurso comum: a insegurança. No Brasil, estamos acostumados com a divergência qualitativa entre os dados e a realidade local percebida. Ou seja, apesar de todos os brasileiros ouvirem, intermitentemente, advertências midiáticas sobre a insegurança de São Paulo e do Rio de Janeiro, a maioria das pessoas que se dirige a essas capitais percebe que a realidade local não é de insegurança. Basta conversar alguns minutos com cariocas e paulistas para desfazer essa ideia falaciosa de que são capitais onde a violência impera e só se poderia andar tranquilamente pelas ruas dentro de carros blindados.

Na Venezuela é diferente. Provavelmente, mesmo que você percorra os quatro cantos do país, não encontrará uma pessoa sequer que amenize o caráter "perigoso" de se transitar pelas ruas. Para estrangeiros, as advertências de periculosidade são redobradas. E não é apenas um ou outro tipo de cidadão que confirmam esses dados: pessoas ligadas aos movimentos sociais, ao governo, ao partido do governo, a empresas de turismo e, até mesmo, à polícia confirmarão essa informação. Ou seja: "cuidado com os táxis que pega", "não ande com correntes ou brincos que pareçam ou sejam de ouro", "cuidado para quem pede informações", "não faça câmbio negro", "não ande na rua após as 19 horas", "não saia de casa antes das 5 da manhã", "deixe bolsas e mochilas em casa", "cuidado com os motoqueiros", "atenção ao fazer compras" e por aí vai, advertências é o que não faltam.

O que se sente ao andar pelas ruas da Venezuela é que, mais do que um perigo iminente, real e objetivo, o que predomina nos venezuelanos é uma avassaladora sensação de insegurança e de

impotência. Infelizmente, esse desalento parece ter contagiado todos os cidadãos, independentemente de sua classe, cor ou credo.

“Chavismo”

Durante muito tempo, Hugo Chávez foi atacado pela oposição com a alegação de estar instaurando no país uma ditadura doutrinária “chavista”. Muitas vezes, a questão do “chavismo” é atribuída, inadvertidamente, como sinônimo de populismo, o que, o professor Carlos Schmidt considera ser grande erro.

“Tem uma questão importante que ficou muito mal compreendida, principalmente pela esquerda europeia. Eles falam de populismo, porém populismo, na concepção mais sociológica, é a existência de um líder que está acima das massas e dialoga com elas, mas a estrutura de comando é verticalizada. Na Venezuela, ao contrário, eles estão tentando promover o empoderamento da população, pelo menos nos níveis locais”.

Entretanto, algo que é indiscutível é a personificação da revolução na figura do “comandante Chávez”. O fato de ser tão comum ver manifestações de verdadeira idolatria às imagens do presidente venezuelano traz contradições importantes para o futuro da própria revolução.

“O Chávez personifica isso, o que é bom e é ruim. É bom porque garante e ruim por, justamente, personificar. É contraditório. Mas, automaticamente, ao tentar fazer as pessoas se organizarem e tomarem as decisões, consolida-se o empoderamento delas. Se isso seguir avançando, as pessoas seriam capazes, freudianamente falando, de ‘matar o pai’”, analisa Schmidt.

Após anos de governo, Chávez deixou de combater e tentar contra-argumentar contra os ataques ferozes da oposição e, com o tom irônico e provocativo de sempre, agregou à identidade de sua política, além dos habituais adjetivos “revolucionário”, “socialista” e “anti-imperialista”, o adjetivo “chavista".

Entretanto, no controverso desfile comemorativo do 4 de Fevereiro – data que comemora os 20 anos da tentativa frustrada de implantar a revolução socialista por meio de um golpe de Estado – o General de Divisão, Cliver Alcalá Cordones, antes de iniciar o desfile "cívico-militar", como de praxe, fez a apresentação ao presidente, dessa vez inusitada: "participam [do desfile] 12.400 compatriotas revolucionários, socialistas, anti-imperialistas e chavistas". O simples acréscimo do, aparentemente inofensivo adjetivo, colocou em polvorosa toda a oposição. Os meios de comunicação – como porta-vozes anti-chavistas – transbordaram matérias a respeito do que seria a apropriação das Forças Armadas por parte de Chávez. Chegou-se a falar em "expropriação" das Forças Armadas.

Quanto à forte identificação de Chávez com as Forças Armadas, a doutora em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Cláudia Wasserman, não considera este um elemento crítico. Ela aponta para o fato de que, em função dos latino-americanos terem tido uma relação problemática com seus exércitos, é gerada uma sensação de desconfiança quando o Chefe do Executivo também se identifica como Chefe das Forças Armadas. Porém, segundo ela, em um primeiro momento, essa identificação não seria suficiente para uma hostilização com essa relação.

"Se o Chefe de Estado, identificado com as Forças Armadas, governar mais através de mecanismos de consenso do que de coerção, ele está de acordo com os preceitos formais da democracia burguesa. O problema é se essa identificação ultrapassar a utilização parcimoniosa das Forças Armadas, tornando o poder de coerção maior do que o poder de consenso".

Golpes e contragolpes

As sucessivas crises da Venezuela estão presentes desde os mais remotos anos. Em 1958, com uma proposta desenvolvimentista que estabilizaria a situação do país, os principais partidos políticos, Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), realizaram um acordo político conhecido como Puntofijo ou Pacto das Elites. Firmado em 31 de outubro daquele ano, o pacto tinha o objetivo de desenvolver as instituições democráticas

do país, inexistentes após uma história de constantes golpes e ditaduras. Entre outras especificidades do chamado Puntofijo, ele estabelecia um plano de governo comum entre os partidos signatários do acordo.

O economista Carlos Schmidt avalia que "o Puntofijo era um projeto desenvolvimentista ao estilo Juscelino Kubschetck, mas que era baseado na renda do petróleo, o que é uma quase contradição à própria proposta desenvolvimentista".

No entanto, para ele, apesar de padecer com a corrupção, o pacto trouxe relativos avanços ao país, pois as negociações foram *mais*favoráveis à Venezuela do que nos períodos anteriores, já que "nos primórdios da exploração petroleira o processo era comandado, exclusivamente, pelas grandes empresas, pelo imperialismo norte-americano e europeu". Schmidt reforça que com a "negociação" dos novos governantes, a população passou a se beneficiar com os dividendos do petróleo e o país também obteve alguns avanços, porém a corrupção tornou-se cada vez mais forte.

"Realmente houve o desenvolvimento de indústrias e empresas, mas o que acabou se consolidando foi uma burguesia rentista, que lá eles chamam de '*empresário de maletín',*uma espécie de especulador que contava com a conivência da burocracia de um Estado corrupto, que, aliás, até hoje sofre de uma corrupção endêmica, muito difícil de debelar", avalia.

O economista diz, ainda, que neste período surgiram as origens das medidas severas de austeridade, as quais, mais tarde, resultariam em uma grande revolta popular.

"Baseados numa renda futura que o petróleo *iria*dar, eles aceleraram o processo desenvolvimentista, se endividando fortemente. Porém, no final dos anos 70, início dos anos 80, a Venezuela sofreu muito com a crise da dívida, que, em última análise, foi a crise do *keynesianismo*. A consequência dessa crise resultou em uma grande alta nas taxas de juros que indexavam os contratos dos países devedores, e eles tiveram que 'apertar a cintura'".

Em 1989, após a queda do Muro de Berlim, o “aperto de cintura” veio a galope com a ascensão internacional de propostas neoliberais, e o governo venezuelano, então sob o comando do presidente Carlos Andrés Pérez, aprovou uma série de medidas de austeridade, com a intenção de reter a crescente inflação que consumia o país. Cláudia Wasserman avalia que o Puntofijo foi a alternativa forjada pelas elites para evitar que a Venezuela também vivesse um período de ditadura em nome da “segurança nacional”, como ocorreu com a grande maioria dos países latino-americanos. A historiadora ressalta que as sucessivas crises do petróleo foram importantes para o declínio do Puntofijo.

“O pacto das elites vinha sendo criticado, pois não conseguia mais manter aquilo que era chamado de “Pax Petroleira”, em referência à Pax Romana. Com o pacto das elites, algumas reivindicações e demandas populares eram atendidas com as rendas do petróleo e com isso se conseguia certo consenso da população”, compara Wasserman.

A nova alternativa encontrada pelas elites venezuelanas para equilibrar as finanças foi o estopim do chamado “Caracaço”. Em 27 de fevereiro de 1989, a população civil foi às ruas e promoveu uma onda de protestos, saques e confrontos violentos, os quais provocaram a desestabilização total da já frágil ordem venezuelana. Com a cidade em chamas, as medidas repressivas do governo, que colocou o exército em ação, geraram ainda mais revoltas, culminando em um verdadeiro massacre de milhares de venezuelanos.

Para Schmidt a situação da Venezuela correspondia ao que estava ocorrendo em âmbito internacional.

“Isso não ocorreu somente na Venezuela, no resto do mundo as sociais-democracias também se tornaram sociais-liberais. O que eles diziam era que a situação econômica não permitia mais as políticas da socialdemocracia, e que, dali em diante, iriam cuidar apenas da economia. E a receita para isso era a neoliberal. Só que na Venezuela foi aplicada uma dose cavalar de austeridade”.

A Revolução Bolivariana
Enquanto venezuelanos e venezuelanas viravam carne-de-canhão dos dois lados da mesma bandeira, o Tenente Coronel do Exército, Hugo Chávez Frías, funda, com outros oficiais, o movimento político, clandestino e revolucionário, EBR-200 (Exército Bolivariano Revolucionário 200), que alguns anos depois passaria a se chamar Movimento Bolivariano Revolucionário 200, em função da incorporação de civis, intelectuais e outras personalidades não ligadas, necessariamente, às forças armadas.

Influenciados pelos ideais de Simon Bolívar, o movimento organizava-se em sintonia com o clamor da população revoltada com os efeitos de uma política ineficiente, excludente e corrupta. A máxima expressão dessa organização foi a chamada operação Ezequiel Zamora, deflagrada em 4 de fevereiro de 1992 e que tornou público o movimento subversivo.

O objetivo da operação, que envolveu aproximadamente 10 mil homens, era a tomada do governo, das instituições militares e dos meios de comunicação, bem como a dissolução das instituições políticas e a instalação de um novo governo, mantido através de um Conselho Supremo. A tentativa de insurreição durou menos de 24 horas. Os confrontos encerraram quando os líderes da insurreição foram obrigados a depor as armas. Hugo Chávez, após a rendição, foi preso, e, em rede nacional, fez um discurso que lhe tornaria mártir da ação:

"[...] infelizmente, por agora, as metas que estabelecemos não foram atingidos na capital. Isto é, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês fizeram muito bem, mas é tempo de evitar mais derramamento de sangue, é hora de refletir, e virão outras situações, e o país tem que rumar, definitivamente, em direção a um destino melhor [...]".

Guerra midiática
Os dizeres do discurso de Chávez, "por agora", tiveram grande repercussão no imaginário da população que, desde aquele momento, aguardou a libertação do líder. Em 1994, após dois anos de prisão,

Chávez ganhou a liberdade e, a partir de então, iniciou sua carreira política que lhe levou à presidência, com 57% de aprovação.

De lá para cá, Chávez ganhou duas eleições, totalizando, em 2012, 13 anos de governo.

Inicialmente, Chávez tinha uma proposta de governo popular que pudesse encaminhar as demandas do país e desenvolver a Venezuela. Nas palavras do economista Carlos Schmidt, "era uma coisa um pouco fluida que não tinha a nitidez que tem hoje".

Entretanto, com a reação cada vez mais violenta da oposição, as contradições foram se acirrando cada vez mais, até chegarmos a uma situação extremamente combativa que temos hoje. Com sua proposta de uma revolução socialista na Venezuela, Chávez colocou-se em declarada oposição aos grandes interesses financeiros nacionais e internacionais. Entre seus inimigos, estão as grandes empresas do setor privado e as empresas ligadas ao petróleo. Porém, mais do que isso, conforme a Revolução Bolivariana ganha força, sustentada pela camada mais pobre do país, a classe média também passa a ter medo dos rumos das propostas de Chávez, tornando-se também uma camada de oposição ferrenha.

Além disso, as classes média e alta passaram a ser apoiadoras de qualquer candidato que se oponha a Chávez, quase que independentemente das convicções partidárias. Essa conjuntura conturbada resultou que, em abril de 2002, Chávez sofresse um golpe de Estado, o qual ficou registrado no documentário irlandês – disponível na internet – "A Revolução Não Será Televisionada".

Esse fascinante documentário, também conhecido como "Chávez: Bastidores do Golpe" é uma filmagem realizada por dois cineastas irlandeses que estavam acompanhando o presidente Hugo Chávez há 7 meses. Os cineastas, também surpreendidos pelo golpe, tinham a intenção de retratar quem era o polêmico e controvertido líder latino-americano. Nesse documentário, é possível apanhar um recorte de como a oposição interna, representada pelos meios de comunicação e empresários – principalmente aqueles ligados ao setor petroleiro – e à

oposição externa, liderada, principalmente, pelos Estados Unidos, compõe um jogo de forças que, facilmente, colabora para desfechos extremamente violentos, como o retratado no filme.

A queda de braço entre Chávez e os meios de comunicação, levou à cassação da concessão pública da emissora Rádio Caracas Televisão (RCTV), que deixou de transmitir sua programação em 27 em maio de 2007, acusada de ter colaborado com o golpe contra Chávez, em 2002. Muitas vezes esse episódio foi usado, por pessoas contrárias a Chávez, para legitimar o argumento que afirma existir a construção de um regime totalitário no país, afirmação que é negada pelos venezuelanos, tanto os "vermelhos" como os "azuis".

Democracia ou ditadura?

Se Chávez conseguiu minar as conspirações internas nos meios de comunicação, transmitidos através de concessões públicas, não interferiu nos meios de comunicação privados, os quais usam e abusam do seu direito à liberdade de expressão para proferirem críticas ferinas contra o governo.

Os jornais mais lidos da Venezuela, principalmente El Nacional e El Universal, fazem uma crítica aberta, ferrenha e diária à Chávez.

Todavia, o governo Bolivariano não fica para traz.

O que se vê na Venezuela é um grande aparato destinado à contrainformação. Contando com jornais, informativos, um canal de televisão público, a Venezolana de Televisão (VTV), e o tradicional programa dominical "Aló Presidente", o governo consegue transmitir a sua versão dos fatos, com um alto nível de qualidade. Além disso, a grande proximidade de Chávez com os movimentos sociais faz com que dezenas de outros jornais e produtos midiáticos desses movimentos também sejam armas de apoio ao governo. Principalmente em datas comemorativas que reforçam os ideais da Revolução Bolivariana, Caracas é soterrada de centenas de materiais pró-governo, vindos dos mais distantes cantos do país.

Chávez ainda faz grande uso das transmissões em cadeia nacional, nas quais são transmitidas reuniões ministeriais e outros comunicados. Sempre com o típico ar descontraído e bonachão do presidente, não é raro que transmissões normais sejam interrompidas por 2 ou 3 horas para colocar a sociedade a par das últimas movimentações do governo.

Esse clima de disputa constante e acirrada entre as forças midiáticas do governo e da grande imprensa privada, em um primeiro momento, para os brasileiros – acostumados com a apropriação indevida dos meios de comunicação públicos por uma grande imprensa cativa e comprometida – pode parecer um abuso ditatorial de poder do Estado, todavia, para aqueles que estão dispostos a se aventurar no mundo das meias verdades e dos fatos produzidos, o clima informativo da Venezuela é bastante rico, plural e diversificado, exatamente como uma verdadeira democracia deve ser. Esse fenômeno é tão presente no país que é possível, em um mesmo dia, sobrepor duas versões diametralmente opostas de um mesmo fato. Em 2011, essa situação peculiar da Venezuela motivou Florência Saintout, reitora da Faculdade de Jornalismo da Universidade Nacional de La Plata (UNLP), da Argentina, a conceder a Chávez um prêmio por sua "contribuição à liberdade de expressão, à comunicação popular e à democracia".

Eleições 2012

Após 13 anos de governo, Chávez prepara-se para mais uma disputa eleitoral, a terceira desde 1998. Apesar da vitória de Chávez ser incontestável, tanto para os favoráveis como para os contrários ao presidente, pessoas ligadas ao governo dizem que essa eleição é extremamente importante. Afirma-se que a vitória de Chávez representaria a consolidação irreversível da Revolução Bolivariana. A vitória concederia o apoio necessário para que o governo dê continuidade e ampliação às transformações sociais de médio e longo prazo, em curso no país.

Além do mais, a derrota da oposição confirmaria – talvez irreversivelmente – a imagem de opositores totalmente impotentes diante da figura do presidente venezuelano. Nas primárias, cinco personalidades, completamente diferentes entre si, apresentaram um

objetivo absolutamente comum: derrotar Chávez. Como aproximadamente 60% dos eleitores venezuelanos são jovens, os opositores trabalharam forte em propagandas destinadas, especificamente, a esse público. A consequência foi a vitória do também jovem, Henrique Capriles Radonski, 39 anos. Dizendo lutar pelo "progresso" da Venezuela, afirmou que governará "sem ideologia", não governará "nem para vermelhos, nem para azuis, mas governará para todos os venezuelanos".

Mesmo tentando construir uma política de suposta neutralidade, Capriles deixou um flanco aberto ao ataque de Chávez. A história pregressa do candidato é bastante longa e controversa, sendo um prato cheio para os chavistas. Descendente de duas famílias donas de empresas de meios de comunicação e de entretenimento da Venezuela, Capriles foi incriminado pela invasão e agressão da Embaixada de Cuba durante o golpe de Estado, em 2002. As imagens das cenas de vandalismo e violência estão editadas no vídeo "Asédio a Una Embajada", sem tradução para o português. Os desrespeitos às normas fundamentais do direito internacional levaram-no a 4 meses de prisão, em 2004. Além disso, muitas outras informações ainda podem ser usadas para compor um verdadeiro "dossiê Capriles". E com certeza serão usadas. Na realidade, a estratégia de Capriles foi valer-se do subterfúgio da "neutralidade" para angariar votos tanto da direita como dos dissidentes chavistas de esquerda.

Assim que o resultado das primárias saiu, Hugo Chávez começou a destilar sua habilidade política para desfazer a imagem do autodeclarado "centrista". Em uma coletiva de imprensa, uma jornalista da VTV – emissora do governo – questionou Capriles sobre sua posição política dentro do espectro direita-esquerda. O adversário de Chávez, pouco confortável com o questionamento, respondeu: "não sou homem de rótulos, mas, se tenho que adotar uma definição ideológica, me sinto cômodo com a de centro-esquerda". Não contente com a resposta, em outra oportunidade, a jornalista fez novo questionamento, este muito mais ardiloso: "você disse que esse assunto [planos de governo] não é de direita nem de esquerda, eu lhe pergunto, quais são os livros, as ideias e, por que não, os líderes que lhe inspiram?". Nitidamente desconcertado com a pergunta, Capriles

respondeu rispidamente: “se quiser, eu posso conceder uma entrevista pessoal, não vou relatar em uma coletiva de imprensa quais são os livros que eu leio, não vamos entrar em uma polêmica. Eu sou progressista”.

Um ponto comum: Lula é “o cara”

Em mais de uma oportunidade, com a intenção de reforçar o seu “centrismo”, o jovem vencedor das primárias afirmou, enfaticamente, que admira o ex-presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Capriles salientou, ainda, ter como meta de seu governo, caso venha a vencer as eleições de outubro, implementar na Venezuela um governo “progressista”, análogo ao do Brasil. A declaração gerou tanto furor dentro do país, que, para esclarecer quem eram os “autênticos lulistas”, Chávez e chavistas contorceram-se para rapidamente poderem “desmentir” a *blasfêmia*do adversário político.

Segundo Chávez, o discurso de Capriles não passaria de uma farsa e que, na realidade, Capriles seria um “candidato do imperialismo, da mais alta burguesia”. Falando a milhares de jovens, Chávez chegou a afirmar que o concorrente estava mascarado e que não poderia sustentar o disfarce por muito tempo: “tem rabo de porco, tem orelha de porco e ronca como um porco: é um porco. Então não se disfarce”, ironizou o presidente venezuelano.

A historiadora Cláudia Wasserman considera que a grande disputa pelo nome de Lula é um fenômeno esperado, uma vez que o ex-presidente brasileiro conseguiu realizar uma conciliação de classes, diferentemente de outros líderes latino-americanos que amargam em constantes disputas com grupos nacionais. Além disso, a historiadora avalia que a questão da direita e da esquerda venezuelana estarem disputando o mesmo perfil político faz parte do aspecto político.

“Direita e esquerda são posições em relação a algo, e esse algo é a situação concreta que o país vive. Antes, a direita venezuelana era super conservadora, hoje ela não pode ser tão conservadora assim. Não quer dizer que essas classes não sejam conservadoras, que não sejam de elite, que não estejam defendendo a concentração dos meios

de produção. Quer dizer que a forma como elas vão fazer essa defesa, a médio prazo, não será como era feito antes".

Outro ponto que a professora elucida é o fato de que a grande conquista de direitos sociais torna os avanços políticos conseguidos pela população não podem ser facilmente retirados.

"O que o Chávez promoveu na Venezuela e o Lula no Brasil, também o próprio Fernando Henrique, foi uma ampliação de direitos e benefícios para uma parte da população que antes não estava contemplada. E não tem volta. A volta disso para uma situação anterior teria que ser na base da força, como aconteceu no Brasil nos anos 60", afirma.

Para Wasserman, a Venezuela mudou muito na última década e as transformações do país repercutiram na própria conformação da sociedade contemporânea. Em função disso, a única forma de a direita fortalecer-se é também se transformando.

"Se a direita chegar hoje ao poder na Venezuela, ela vai ter que ser uma direita um pouco mais flexível ou então uma ditadura ferrenha para conter uma população que já se acostumou a participar mais, a ter mais voz, mais direitos sociais e etc.".

Entretanto, apesar de as propagandas sobre a insegurança e a epidemia de violência no país poder estar fortalecendo espectros políticos autoritários e intolerantes, a imagem que a direita venezuelana comprou pra si é a fórmula "lulinha paz e amor". Cláudia Wasserman considera essa postura inevitável com relação ao contexto atual do país.

"Nesse caso da Venezuela, onde houve tantos avanços da participação política e a ampliação das questões mais formais da democracia, a direita também precisa se legitimar como democrática. Ela vai precisar se valer da imagem de lideranças que sejam democráticas, que sejam populares e bem vistas, não só pela esquerda, mas também por grupos de centro e centro-direita", explica.

Capriles tem pela frente uma dura batalha: provar para a Venezuela que ele é, de fato, de centro, e não de extrema-direita como afirma Chávez. Nessa empreitada, para embasar sua pretensão "lulista", o jovem e astuto concorrente até recorreu à criatividade brasileira para dar credibilidade à sua campanha. Ele contratou o publicitário e marqueteiro político, Renato Pereira. O marqueteiro trabalha há 20 anos em campanhas do atual governador do Rio, Sérgio Cabral Filho (PMDB). Quem sabe, incorporando o "jeitinho brasileiro", Capriles consiga passar de coelho a lebre.

O lulismo mexe com o imaginário do povo venezuelano

O "lulismo" gerou essa grande disputa entre oposição e governo em razão de os venezuelanos, das mais variadas posições sociais, opositores ou não, terem como modelo político de governo o sucesso latino-americano do Brasil, tendo Lula como o responsável por isso.

Conversei com pelo menos duas pessoas que representam nitidamente a importância do fenômeno "lulismo" para a Venezuela. De um lado, o economista que ficou desempregado, passando a ser taxista, após a multinacional colombiana em que trabalhava ter saído do país, em função de atritos com o governo. De outro lado, a beneficiada pela "Mission Madre del Barrio" – programa do governo destinado a donas de casa em situação de extrema pobreza. Ambos, apesar de serem absolutamente opostos em praticamente todas as questões políticas que envolvem os avanços e retrocessos do país, creem que o Brasil deu um salto incomensurável sob o governo de Lula e que, se a Venezuela fosse agraciada por uma "evolução" semelhante, bons auspícios viriam.

Na realidade, o economista estava muito mais entusiasmado com a possibilidade de um governo lulista, já que a madre del barrio, assim como todos os venezuelanos autodeclarados chavistas, possuía um orgulho altivo e resplandecente a respeito de seu governo, seu presidente, sua pátria e sua brava Revolução Bolivariana.

Desenvolvimento Social

Em termos estatísticos, a Venezuela vem apresentando um aumento significativo em vários aspectos sociais. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, do programa de desenvolvimento da

ONU, o IDH da Venezuela evoluiu de 0.656, em 2000, para 0.735, em 2011. Enquanto o Brasil, no mesmo período, evoluiu de 0.665 para 0.718. Isso coloca a Venezuela na colocação 73, portanto 11 postos à frente do Brasil, que está na posição 84.

Com relação à desigualdade, o Coeficiente de Gini, que varia de 0 a 100, sendo 0 a inexistência desigualdade, mostra que a Venezuela, em 2011, possuía 43.5 pontos, enquanto o Brasil, 53.9. O economista Carlos Schmidt, avalia que isso é reflexo de um processo.

“Se olharmos os indicadores, veremos que houve redução da pobreza, redução do desemprego e crescimento econômico. Quando as medidas se popularizam, não ficam na mão de meia dúzia, elas vão pra frente. A Venezuela está querendo se basear no seguinte tripé: substituição de importações, fortalecimento do poder local e uso dos dividendos da renda petroleira para melhorar as condições da população”.

Para ele, no entanto, apesar dos avanços, o país ainda guarda muitas cicatrizes de passado turbulento e autoritário. Segundo Schmidt, os principais entraves que dificultam o pleno desenvolvimento do país seriam um “Estado permeado por uma cultura caudilhesca, autoritária e corrupta”. Essas características, segundo o economista, estariam dificultando que o empoderamento popular repercuta de forma contundente dentro do poder central.

“Em função do trabalho que eu tinha na Venezuela, eu ouvi o vice-ministro da indústria básica dizer ‘olha têm companheiros que se comportam pior do que os capitalistas’, se referindo ao autoritarismo de alguns”, revela.

Para o economista, os maiores entraves sociais dentro da Venezuela têm sua origem fortemente ligada à história pregressa, não só do país, como da própria América Latina como um todo. Entre os entraves, estariam a tradição do caudilhismo e do autoritarismo.

Cláudia Wasserman analisa que o grande abismo social que caracteriza a Venezuela advém da forma como a indústria do petróleo solapou a

diversidade econômica do país. Segundo a historiadora, até meados do século XX, a elite do país baseava-se em uma economia rural e mais abrangente, sustentada, principalmente, pela produção do cacau, café e gado. É possível fazer um comparativo com a elite cafeeira do Brasil, em que a produção do café foi acompanhada de um relativo desenvolvimento de indústrias periféricas que serviram de apoio à expansão da produção cafeeira.

Assim como no Brasil, na Venezuela a pluralidade econômica beneficiava parcelas maiores da sociedade. No entanto, a migração massiva da oligarquia econômica do país para o petróleo, produto que envolve um contingente muito menor e mais específico de pessoas, gerou duas classes muito nítidas que perduram até hoje: os que têm tudo e os que não têm nada. Essa grande disparidade, caracterizada por uma elite absolutamente separada das classes populares, é um dos fatores que, na visão da historiadora, podem ser encontrados nas raízes da corrupção e da desigualdade atuais que contaminam o país.

"O abismo social na Venezuela sempre foi muito maior do que em outros países, porque não há uma classe média, não é um país que tem um setor industrial forte, um setor de serviços forte, é um país que tem pobres, muito pobres, marginais e essa elite branca muito pequena e ligada aos ganhos do petróleo. No Brasil, temos a soja, arroz, gado, mineração, siderurgia, têxteis, e etc. A Venezuela era um país praticamente desindustrializado até o início da década de 90", avalia.

Um dos antídotos para a situação da Venezuela remonta a década de 60, quando vários autores venezuelanos afirmavam que a solução seria "semear o petróleo". Isso quer dizer que os ganhos oriundos da exploração petroleira deveriam ser reinvestidos em iniciativas que diversificassem a matriz econômica do país.

Socialismo

Em um país como a Venezuela, a pobreza e a desestruturação são a regra. Não por acaso, a proposta revolucionária de Chávez foi eleita com quase 60% de aprovação. O governo, através das chamadas "missiones", procura promover uma série de transformações em áreas

fundamentais do desenvolvimento social: saúde, educação, construção civil, obras públicas, agricultura e petroleira.

O grande financiador dessas propostas socialistas é o próprio Estado, mais especificamente a estatal PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A). O economista Carlos Schmidt avalia que na Venezuela, apesar de toda a dificuldade que o presidente Chávez encontra, há inúmeras iniciativas que estão favorecendo o desenvolvimento de uma cultura autônoma e de empoderamento popular bastante promissor, mas quando questionado sobre o sucesso ou não do socialismo, adverte:

“A transição para o socialismo não vai bem nem vai mal, é um processo em aberto. É isso que as pessoas têm que entender. Se a Venezuela conseguir eliminar ou reduzir significativamente a corrupção, o autoritarismo e a desorganização, eles vão conseguir, senão, a direita vai voltar”, enfatiza.

Para a historiadora Cláudia Wasserman, o momento em que a Venezuela vive é de inclusão da camada mais pobre e amenização das desigualdades.

“O verdadeiro projeto bolivariano é a diminuição da desigualdade social, a melhoria da qualidade de vida da população. Isso não é automático, é demorado e está sujeito a várias outras conjunturas, como, por exemplo, o boicote das elites, o boicote dos Estados Unidos, a dificuldade de negociação e a possibilidade de uma crise financeira que não pode ser prevista. Além disso, o projeto sofre por não estar sendo acompanhado da criação de novos grupos e novos quadros políticos que fortaleçam a proposta”, salienta.

Já Schmidt considera que a Venezuela está construindo um processo de transição para o socialismo, porém em um estágio muito inicial. Contudo, ele salienta como positivo um aspecto flagrante dentro do país, a luta de classes.

“Não sei se a Venezuela vai dar certo ou não, mas ela é um processo vivo, muito mais vivo do que aqui no Brasil. A luta de classes permeia o

aparelho do Estado e permeia toda a sociedade, e é uma correlação de forças que não é desfavorável para classe trabalhadora".

Quando questionado sobre o que seria o socialismo nos dias de hoje, Schmidt expõe que seria "a velha proposta do Marx, dos livres produtores associados". E vai adiante:

"Na realidade, o socialismo seria a democracia, não essa democracia representativa que temos aí. Democracia associa autogestão, protagonismo e liberdade de expressão. Uma ampla liberdade de expressão, não apenas o direito de expressar, mas a possibilidade concreta de se expressar, ou seja, uma mídia colocada à disposição de todos", conclui.